

**Aviso de Contratação Direta por Dispensa de Licitação nº 05/2025****Processo Administrativo nº 05/2025****Processo Licitatório nº 05/2025**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL**, inscrita no CNPJ sob nº 51.847.499/0001-08, com sede na Avenida Fernando Costa, nº 24-23, Centro, Mirassol/SP, torna público que realizará Dispensa de Licitação com critério de julgamento de **MENOR VALOR GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução nº 283/2023 e demais legislação aplicável.

**EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, conforme dispõe o inciso I, do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

**Data Final para Recebimento de Propostas:** dia 04 de fevereiro de 2025, até as 23h59min.

**MEIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:** as propostas deverão ser enviadas através do endereço [licitacao@camaramirassol.sp.gov.br](mailto:licitacao@camaramirassol.sp.gov.br) ou presencialmente no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Mirassol, localizada na Avenida Fernando Costa, nº 2423 – Centro de Mirassol/SP.

As propostas apresentadas presencialmente deverão ser entregues durante o horário de expediente, sendo das 08:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, em envelope não transparente, lacrado e devidamente identificado (constar o número da dispensa de licitação, do processo administrativo e dados da empresa).

Referência de horário: horário de Brasília/DF. As propostas entregues fora do prazo e das normas aqui estabelecidas não serão admitidas.

Lei nº 14.133/2021: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).

Resolução nº 283/2023: <https://mirassol.siscam.com.br/Normas/Exibir/58531>.

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para modernização do sistema de vigilância por câmeras CFTV IP, com fornecimento, instalação e configuração de equipamentos, incluindo materiais e mão de obra.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o de **menor valor global**.

**1.3.** O valor máximo da contratação será de **R\$ 55.341,17 (cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e dezessete centavos)**.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste processo, **somente as empresas que se enquadrarem como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do inciso I, artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as exigências do Anexo I, Termo de Referência, inclusive quanto à documentação constante deste Aviso.

**2.2.** Não poderão participar deste processo os fornecedores:

**2.2.1.** Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa e seus anexos.

**2.2.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**2.2.3.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Sociedades cooperativas.

### 3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1. A proposta de preços poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso e deverá ser encaminhada ao endereço [licitacao@camaramirassol.sp.gov.br](mailto:licitacao@camaramirassol.sp.gov.br).

3.1.1. A proposta deverá vir acompanhada da Declaração Unificada nos moldes do Anexo III deste Aviso, devidamente assinada.

3.1.2. Ambos os documentos deverão ser apresentados no formato PDF, constando no campo assunto do e-mail "Proposta Comercial – Dispensa de Licitação nº 02/2025".

3.2. No caso do envio de proposta em modelo próprio do fornecedor, esta deverá conter no mínimo: CNPJ, razão social, endereço, telefone e e-mail, nome e documento do representante legal, validade da proposta, prazo de entrega e declaração de que no valor da proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto contratado.

3.3. Será desclassificada a proposta que:

3.3.1. conter vícios insanáveis;

3.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

3.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

3.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

3.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

3.4. Para fins de julgamento das propostas será considerado o critério de **menor preço global** e em caso de empate serão aplicadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.5. No valor da proposta deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto contratado.

3.6. A apresentação da proposta implica na aceitação, pela proponente, de todas as condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa.

### 4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de Habilitação, será exigido somente da empresa mais bem qualificada, os seguintes documentos:

#### 4.1.1. Habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior, deste subitem;





- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
  - Inscrição do CNPJ, com a distinção ME ou EPP, para fins de qualificação;
- g) Certificado de cadastro, no caso de Microempreendedor Individual (MEI);
- h) Ficha Cadastral Completa da JUCESP (emitida pelo Agente de Contratação).
- 4.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- 4.1.2. **Para a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:**
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
  - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, de débitos inscritos e não inscritos;
  - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos mobiliários inerentes às atividades;
  - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
  - Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 4.1.3. **Habilitação Econômico-Financeira:**
- Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (<https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
  - Para obter os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar-se expressamente microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar N.º 123/06, e/ou, em certidão expedida pela Junta Comercial, conforme Instrução Normativa n.º 103 de 30.04.2007 do DNRC (Departamento Nacional de Registro e Comércio) ou declaração de microempresa registrada em cartório, conforme o caso.
- 4.1.4. Serão emitidas pelo Agente de Contratação as Certidões Negativas no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/SP e de Licitantes Inidôneos do TCU.
- 4.2. **Declarações e outras comprovações:**
- 4.2.1. Declaração Unificada, devidamente assinada pelo responsável da empresa, nos moldes do Anexo III deste Edital.
- 4.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 4.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 4.3.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



**4.5.** As certidões poderão ser emitidas pelo Agente de Contratação no momento da verificação da regularidade da empresa que ofertou a proposta mais vantajosa, podendo ainda solicitar documentação complementar, via e-mail e com prazo de resposta.

**4.6. Disposições gerais sobre a documentação:**

4.6.1. Todos os documentos, quando não emitidos digitalmente e assim possibilitada a sua verificação por meio digital, deverão ser autenticados por cartório ou reconhecidos pelos órgãos contratantes (art. 19, II, da CF), ou cópias acompanhadas dos originais para certificação (art. 70, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021) ou ainda, por meio eletrônico mediante visto eletrônico ou declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme art. 12, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.7.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas decorrentes da contratação serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

01.031.0001.2002.0000 - Manutenção da Secretaria da Câmara

3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

01.031.0001.2002.0000 - Manutenção da Secretaria da Câmara

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

01.031.0001.1002.0000 - Expansão da Secretaria da Câmara

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

**6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**6.1.** O procedimento será divulgado no sítio eletrônico da Câmara Municipal <https://camaramirassol.sp.gov.br/licitacao>.

**6.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

6.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data.

6.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

6.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

6.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**6.3.** As providências dos subitens 6.2.1 e 6.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**6.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**6.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as publicações no site oficial da Câmara Municipal, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

**6.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo relativa ao procedimento.

**6.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, devidamente justificado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**6.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**6.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa e de seus anexos ou demais peças que



compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**6.11.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº 284/2023.

**6.12.** Foi dispensada a elaboração do ETP, conforme art. 2º da Resolução nº 283/2023, pela baixa complexidade do objeto.

**6.13.** No caso da substituição do Contrato de Compra/Prestação de Serviço, por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam automaticamente vinculados a este novo instrumento, este Aviso, o Termo de Referência e demais anexos, toda a documentação de habilitação consultada, expedida e apresentada, cotações de preços e propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes, mantendo-se as obrigações previstas e aceitas no momento da entrega da proposta, independente de transcrição.

**6.14.** Integram este Aviso de Dispensa, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

6.14.1. Anexo I – Termo de Referência.

6.14.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preço.

6.14.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada.

Mirassol/SP, 30 de janeiro de 2024.

**Walmir José Pereira Junior**

Presidente da Câmara Municipal de Mirassol



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para modernização do sistema de vigilância por câmeras CFTV IP, com fornecimento, instalação e configuração de equipamentos, incluindo materiais e mão de obra.

1.2. Este Termo de Referência vincula-se ao processo de Dispensa de Licitação nº 05/2025 e seus anexos, bem como, à proposta declarada vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. JUSTIFICATIVA E PRAZO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa atender a necessidade apresentada pela Presidência, com demanda formalizada pela Diretoria Administrativa, para contratação de empresa especializada para redimensionamento e reconfiguração da rede interna de monitoramento por câmeras (CFTV IP) para atender às necessidades desta Câmara Municipal.

2.2. A contratação dos serviços supracitados é necessária e de grande importância, tendo em vista a necessidade de melhoramento constantes nas medidas de segurança e preservação do patrimônio público, bem como, da segurança e integridade dos munícipes, servidores e agentes políticos que frequentam a Câmara Municipal de Mirassol, conforme justificativa apresentada pelo requisitante.

2.3. A execução do objeto será indireta e forma global, com início imediato e entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da expedição da autorização pelo Setor de Compras.

### 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Para atender as necessidades apresentadas pela Administração, a empresa participante que restar contratada deverá atender aos seguintes objetivos:

- providenciar a substituição integral dos cabos de rede necessários para o funcionamento otimizado do sistema de vigilância interna;
- providenciar a adequação e organização do rack de equipamentos, assegurando a correta disposição e funcionalidade dos dispositivos;
- fornecer e providenciar a instalação de 17 câmeras IP adicionais, alinhadas às necessidades específicas do local;
- providenciar a atualização e os ajustes das câmeras já existentes, promovendo sua compatibilidade e integração com o novo sistema;
- providenciar a configuração do Gravador NVR (Network Video Recorder) para permitir o monitoramento remoto por empresa especializada e adequação da agenda de gravação para atender às demandas operacionais.

3.2. Das especificações dos equipamentos, conforme levantamento do setor requisitante:

Item	Descrição dos Produtos	Unid.	Quant.
<b>Equipamentos e material permanente</b>			
1	Câmera de Segurança CFTV IP, sensor de imagem de 1/2.7" 2 megapixels CMOS, Full HD 1080p, modo de vídeo automático, distância focal de 3.6mm F2.0, lente fixa, Infravermelho com alcance de 30 metros, compressão de vídeo H.264/H.264B/H.264H/H.265/MJPEG, formato de vídeo NTSC 30FPS, com detecção de movimento, conexão RJ45, proteção IP67.	UN	14
2	Gravador NVD (Network Video Decoder) para até 16 câmeras IP com áudio, com reconhecimento automático das câmeras, com suporte para câmeras IP com resolução até 4K (12MP), compatível com tecnologia H.265+ e H.265, suporte para criptografia de áudio e vídeo (LGPD) e suporte para HD SATA, saída de vídeo HDMI e VGA, porta Ethernet RJ45, taxa de bit rate de 80Mbps.	UN	1
3	Switch com 16 portas PoE Fast Ethernet, 1 porta Gigabit, 1 porta SFP 1000 Mbps, Padrões: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x, Modo Armazena e encaminha, capacidade de comutação de 7.2 Gbps, Cache interno de 2.75 Mbits.	UN	1
4	Câmera de Segurança CFTV IP, sensor de imagem de 2 Megapixels 1/2.8" CMOS, Full HD 1080p, Infravermelho com alcance de 20 metros, foco automático, lente fixa, distância focal de 3.6mm F1.6, com detecção de pessoas, com microfone embutido e detecção de áudio,	UN	3



	compressão de vídeo H.265/H.264/H.264H/ H.264B/MJPEG, formato de vídeo NTSC 30FPS, conexão RJ45, proteção IP67.		
5	Disco Rígido (HD) Purple para CFTV, com capacidade de 4TB, interface SATA de 6 Gb/s, Tamanho físico 3,5 polegadas, Compatível com RoHS, cachê de 64 MB.	UN	2
<b>Material de Consumo</b>			
6	Velcro Slim dupla face.	UN	1
7	Frente falsa para rack padrão.	UN	10
8	Bateria estacionária Tensão Nominal 12V e Capacidade Nominal de 45Ah.	UN	1
9	Régua de tomadas 10 Amperes com 12 saídas.	UN	1
10	Caixa de passagem para CFTV, em material plástico, para instalação interna e externa e proteção mínima IP66.	UN	5
11	Cabo de rede Cat5e.	MT	1.120
12	Bandeja móvel padrão 1U X 600mm para rack.	UN	2
13	Cabo de engate rápido de bateria.	UN	1
<b>Serviços</b>			
14	Serviços especializados para modernização do sistema de vigilância por câmeras CFTV IP, com instalação e configuração de equipamentos, incluindo mão de obra.	SER	1

3.3. A empresa deverá apresentar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, para os serviços prestados, Nota Fiscal Eletrônica para os Equipamentos e Materiais Permanentes e Nota Fiscal Eletrônica para materiais de consumo.

3.4. As propostas deverão apontar as marcas e modelos dos equipamentos e materiais ofertados.

#### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação será realizada com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os serviços são amparados pela Lei Federal nº 4.320/64.

4.3. Não haverá exigência da garantia financeira da contratação prevista na Lei nº 14.133/21: a) por se tratar de objeto de baixo valor e complexidade; b) a fim de evitar ônus excessivo e desnecessário às contratadas; c) Em caso de não execução sem devida justificativa acatada, serão aplicadas as sanções administrativas.

4.4. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

#### 5. PREÇO DE MERCADO E DO VALOR DA PROPOSTA

5.1. As propostas devem ser apresentadas em moeda corrente nacional, com precisão de duas casas decimais, onde deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como, despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

5.2. Foram realizadas cotações para conhecimento do valor de mercado, em empresas cadastradas no ramo do objeto, conforme autuação no processo.

5.3. Não serão aceitas propostas com valor zero ou simbólico e serão excluídas as propostas que apresentarem valores considerados excessivamente elevados, ou seja, que estiverem 30% (trinta por cento) superiores ao preço médio ou mediano de mercado.

5.3.1. As empresas que ofertarem valores 70% (setenta por cento) inferiores ao preço médio ou mediano de mercado, deverão apresentar planilha que comprove a sua condição de exequibilidade.

5.4. A apresentação da proposta implica na aceitação, pela proponente, de todas as condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa.

5.5. No valor ofertado deverão estar inclusos, além do valor dos produtos/serviços, todos os custos de transporte, mão-de-obra, taxas, tributos, impostos e demais despesas fiscais, tributárias ou administrativas relacionadas ao fornecimento do objeto desta dispensa, ficando à cargo da empresa o cumprimento de suas obrigações legais.

5.6. As propostas devem ter a validade mínima de 30 (trinta) dias corridos.

5.7. Encerrado o prazo de recebimento de propostas, sem que tenha havido manifestação de interesse na participação por empresas do ramo do objeto, poderá ser selecionada a proposta mais vantajosa entre as empresas que apresentaram orçamento prévio.



## **6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1.** A execução do objeto será de forma global e indireta, com início imediato e entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 6.2.** A empresa vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para início da execução do contrato, contados da data de emissão da autorização pelo Setor de Compras da Câmara Municipal.
- 6.3.** A prestação do serviço será realizada no prédio da Câmara Municipal de Mirassol, no endereço e horário de expediente contantes no preâmbulo deste Aviso de Dispensa.
- 6.4.** O objeto deverá ser executado em conformidade com os padrões de qualidade e atender às especificações técnicas para garantir o desempenho adequado, incluindo o respeito às regras ambientais, de sustentabilidade e segurança.
- 6.5.** A empresa Contratada deverá disponibilizar equipe treinada e qualificada para a execução do objeto, ficando sobre sua responsabilidade o fornecimento de equipamentos de trabalho, materiais e insumos, ferramentas e utensílios, transporte adequado e demais obrigações acessórias necessárias para a execução do objeto, respeitando as normas vigentes de segurança do trabalho e de preservação da saúde de seus colaboradores.
- 6.6.** A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.
- 6.7.** A Contratada só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução do objeto, se, após análise da Contratante, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à Contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pela Contratante.
- 6.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 7.1.** Os itens do objeto serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável designado para o recebimento provisório e, posteriormente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, para efeito de Recebimento Definitivo, pelo Fiscal Administrativo, após verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta apresentada.
- 7.2.** A CONTRATADA fica obrigada, quando for o caso, a reparar, a corrigir, a remover, a reconstruir ou a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou materiais empregados, cabendo a CONTRATANTE não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no Recebimento Provisório (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.3.** Os itens do objeto poderão serem rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência ou na proposta da Contratada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela Contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 7.5.** Fica designada a servidora LUCILENA PERPÉtua CUSTÓDIO STESSIO, matrícula nº 42-1, Agente Administrativo, lotada no Setor de Compras, como responsável pelo recebimento provisório das mercadorias, bens ou serviços do objeto.

## **8. DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1.** A contratação tem caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra e a execução será imediata após autorizado pelo setor responsável.
- 8.1.1.** Formalizado o contrato, a vigência terá início a partir da data de assinatura do contrato e será considerado



neste caso, o dia de assinatura do primeiro signatário que a fizer.

**8.1.2.** O Contrato de Compra/Prestação de Serviço poderá ser substituído por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, vinculando-se a este novo instrumento, este Aviso, o Termo de Referência e demais anexos, toda a documentação de habilitação consultada, expedida e apresentada, cotações de preços e propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes, mantendo-se as obrigações previstas e aceitas no momento da entrega da proposta, independente de transcrição.

**8.2.** O contrato ou instrumento que o substituir, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o estabelecido neste Aviso de Dispensa e na Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.3.** Caberá à Diretoria Administrativa, no papel do Diretor Administrativo, ou servidor designado especialmente para esta função, a responsabilidade pela fiscalização administrativa do contrato, ou outro documento hábil que o substituir.

**8.3.1.** Caberá ao fiscal administrativo do contrato verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, se necessários.

**8.4.** A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

**8.5.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**8.6.** Após a liquidação e posterior pagamento, o fiscal do contrato continuará a avaliar se o objeto e demais serviços estão atendendo aos requisitos e condições especificadas no Termo de Referência.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇO**

**9.1.** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e da Nota Fiscal Eletrônica dos Equipamentos e Materiais e após atestado o recebimento pelo responsável designado e se dará através de ordem bancária, boleto bancário registrado ou depósito na conta corrente em nome da CONTRATADA.

**9.2.** A empresa deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica constando os produtos entregues e/ou Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para os serviços prestados, devendo ser retidos os impostos ou tributos relacionados ao fornecimento/prestação do serviço de acordo com a legislação vigente, encaminhando-as diretamente ao Setor de Contabilidade da Câmara de Mirassol, através do endereço [contabilidade@camaramirassol.sp.gov.br](mailto:contabilidade@camaramirassol.sp.gov.br).

**9.3.** Do valor da Nota Fiscal apresentada para pagamento, poderão ser deduzidas, de pleno direito, pela CONTRATANTE:

- a) multas previstas neste Termo;
- b) multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela CONTRATADA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie;
- c) cobranças indevidas.

**9.4.** Os preços ofertados serão fixos, irreparáveis, irredutíveis e irremovíveis, conforme proposta apresentada.

**9.5.** O contrato poderá ser prorrogado por iguais ou menores períodos, desde que acordado por ambas as partes, até um limite de 10 (dez) anos, de acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

**9.6.** O preço poderá ser reajustado de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), caso solicitado pela Contratada e mediante aprovação da Contratante, ou outro que vier a substituí-lo.

**9.7.** Em caso de reajuste, a atualização dos preços será processada a cada período completo de 12 (doze) meses.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES**

**10.1.** São obrigações da CONTRATADA:

- a) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento ou prestação de serviço, incluindo, mas não se limitando, aos tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;
- b) executar o fornecimento dentro das melhores técnicas, zelo e ética, com assiduidade e pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente às especificações estabelecidas pela Contratante;



- c) cumprir fielmente as cláusulas e artigos deste Termo de Referência e seus anexos, inclusive os prazos de execução do fornecimento nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- d) prezar pelas boas práticas de trabalho, garantindo o cumprimento das determinações previstas na Lei de Proteção de Dados, em especial, dos dados sensíveis ao público e de uso restrito que por ventura circularem pela rede ou serviço sob seu controle, administração ou supervisão, salvo nos casos previstos na legislação;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução deste Termo;
- f) manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, reconhecendo estar vinculada ao presente termo e a sua proposta, e manter todas as condições exigidas para habilitação e qualificação;
- g) responsabilizar-se por todas as exigências de Órgãos competentes pertinentes ao objeto contratado;
- h) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- i) reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem falhas ou defeitos de fabricação, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data da respectiva comunicação, salvo quando o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido;
- j) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- k) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- l) fornecer/prestar os serviços em conformidade com os padrões de qualidade, atendendo às especificações técnicas para garantir o desempenho adequado, incluindo o respeito às regras ambientais, de sustentabilidade e segurança;
- m) disponibilizar equipe treinada e qualificada para a execução do objeto, ficando sobre sua responsabilidade o fornecimento de equipamentos de trabalho, materiais e insumos, ferramentas e utensílios, transporte adequado e demais obrigações acessórias necessárias para a execução do objeto, respeitando as normas vigentes de segurança do trabalho e de preservação da saúde de seus colaboradores.

**10.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) designar servidor da Câmara Municipal para proceder ao recebimento, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto e do contrato;
- b) proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo, desde que observadas as normas de segurança;
- c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Aviso, Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11. DAS PENALIDADES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que praticar um dos atos elencados no art. 155 da referida lei.

**11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

**11.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II, III, IV, V, VI, VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).

**11.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas alíneas II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**11.2.4.** Multa:



a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021; e

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. 11.2.4.1. No caso de extinção unilateral do contrato a aplicação de multa de mora e compensatória serão cumulativas, além da possibilidade de aplicação de outras sanções.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

11.3.1. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.3.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **12. O FORO**

**12.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Mirassol - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a se tornar, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta avença.

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Eventuais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações deste Termo de Referência deverão ser apresentadas através do endereço [licitacao@camaramirassol.sp.gov.br](mailto:licitacao@camaramirassol.sp.gov.br), nos termos do disposto nos artigos 164 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.2.** As situações que por ventura não forem previstas neste Termo de Referência, serão submetidas subsidiariamente à Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.3.** No caso da substituição do Contrato de Compra/Prestação de Serviço, por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam automaticamente vinculados a este novo instrumento, este Aviso, o Termo de Referência e demais anexos, toda a documentação de habilitação consultada, expedida e apresentada, cotações de preços e propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes, mantendo-se as obrigações previstas e aceitas no momento da entrega da proposta, independente de transcrição.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL

Setor de Licitações

licitacao@camaramirassol.sp.gov.br

Dispensa de Licitação nº 05/2025

Processo Administrativo nº 05/2025

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	
Endereço:	
Município:	Estado:
CEP:	Fone:
CNPJ:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF:	RG:

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para modernização do sistema de vigilância por câmeras CFTV IP, com fornecimento, instalação e configuração de equipamentos, incluindo materiais e mão de obra.

**EXECUÇÃO:** por valor global e de forma indireta, com início imediato e entrega em até 30 (trinta) dias, após autorização do Setor de Compras.

**PAGAMENTO:** em até 15 (quinze) dias corridos, em parcela única após apresentação das notas fiscais eletrônicas e após atestado de recebimento pelo responsável designado.

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição dos Produtos	UNID	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Equipamentos e material permanente</b>					
1	Câmera de Segurança CFTV IP, sensor de imagem de 1/2.7" 2 megapixels CMOS, Full HD 1080p, modo de vídeo automático, distância focal de 3.6mm F2.0, lente fixa, Infravermelho com alcance de 30 metros, compressão de vídeo H.264/H.264B/H.264H/H.265/MJPEG, formato de vídeo NTSC 30FPS, com detecção de movimento, conexão RJ45, proteção IP67.	UN	14		
2	Gravador NVD (Network Video Decoder) para até 16 câmeras IP com áudio, com reconhecimento automático das câmeras, com suporte para câmeras IP com resolução até 4K (12MP), compatível com tecnologia H.265+ e H.265, suporte para criptografia de áudio e vídeo (LGPD) e suporte para HD SATA, saída de vídeo HDMI e VGA, porta Ethernet RJ45, taxa de bit rate de 80Mbps.	UN	1		
3	Switch com 16 portas PoE Fast Ethernet, 1 porta Gigabit, 1 porta SFP 1000 Mbps, Padrões: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x, Modo Armazena e encaminha, capacidade de comutação de 7.2 Gbps, Cache interno de 2.75 Mbits.	UN	1		
4	Câmera de Segurança CFTV IP, sensor de imagem de 2 Megapixels 1/2.8" CMOS, Full HD 1080p, infravermelho com alcance de 20 metros, foco automático, lente fixa, distância focal de 3.6mm F1.6, com detecção de pessoas, com microfone embutido e detecção de áudio, compressão de vídeo H.265/H.264/H.264H/ H.264B/MJPEG, formato de vídeo NTSC 30FPS, conexão RJ45, proteção IP67.	UN	3		
5	Disco Rígido (HD) Purple para CFTV, com capacidade de 4TB, interface SATA de 6 Gb/s, Tamanho físico 3,5 polegadas, Compatível com RoHS, cachê de 64 MB.	UN	2		
Subtotal – Valor dos Equipamentos e Materiais Permanentes (1)					
<b>Material de Consumo</b>					
6	Velcro Slim dupla face.	UN	1		



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL

## Setor de Licitações

licitacao@camaramirassol.sp.gov.br

Dispensa de Licitação nº 05/2025

Processo Administrativo nº 05/2025

7	Frente falsa para rack padrão.	UN	10		
8	Bateria estacionária Tensão Nominal 12V e Capacidade Nominal de 45Ah.	UN	1		
9	Régua de tomadas 10 Amperes com 12 saídas.	UN	1		
10	Caixa de passagem para CFTV, em material plástico, para instalação interna e externa e proteção mínima IP66.	UN	5		
11	Cabo de rede Cat5e.	MT	1.120		
12	Bandeja móvel padrão 1U X 600mm para rack.	UN	2		
13	Cabo de engate rápido de bateria.	UN	1		
Subtotal – Valor do Material de Consumo (2)					
<b>Serviços</b>					
14	Serviços especializados para modernização do sistema de vigilância por câmeras CFTV IP, com instalação e configuração de equipamentos, incluindo mão de obra.	SER	1		
Subtotal – Valor dos Serviços (3)					
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA (1+2+3)</b>					

**VALOR TOTAL (Global): R\$ xxx,xx (valor por extenso).**

**Declaro**, que os custos e despesas referentes a impostos, tributos, contratação de pessoal, transporte, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto correrão totalmente por conta da empresa contratada.

**Declaro**, que no valor da proposta estão incluídos todos os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Declaro** ter ciência das condições estabelecidas no Aviso de Dispensa supracitado, no Termo de Referência e seus anexos.

**DADOS BANCÁRIOS:**

Nome do Banco: \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome: (representante legal/procurador)

CPF nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



**ANEXO III  
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Ao Agente de Contratação**

Câmara Municipal de Mirassol

Processo Administrativo nº 05/2025

Dispensa de Licitação nº 05/2025

Pelo presente, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para os devidos fins e sob as penas da lei:

**Declaramos**, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**Declaramos**, para fins do disposto nos incisos V e VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021, que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e que se encontra em situação regular perante a Justiça do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

RESSALVA NO CASO DE EMPREGAR MENOR DE 14 ANOS

( ) a empresa emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**Declaramos**, que a empresa está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos e que possui as condições necessárias para atender e cumprir as exigências de fornecimento ali contidos, inclusive quanto à documentação de habilitação necessária, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**Declaramos**, que esta empresa, na presente data, é considerada Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14/12/2006; estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

NO CASO DE NÃO SER MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

( ) a empresa não se enquadra nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006 e não receberá o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49.

**Declaramos**, que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei no 8.213/91.

**Declaramos**, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

**Declaramos**, que os produtos/serviços ofertados atendem a todas as especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome: (representante legal/procurador)

CPF nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**Obs:** Tratando-se de Procurador, esta Declaração deverá seguir acompanhada de instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, concedendo poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame. O documento deverá ser apresentado com firma reconhecida em cartório.

